

GERAIS

Em três anos, a situação mudou pouco. A duplicação do corredor, que em 2006 foi prometida para 2011, deve ficar para 2015. “O atraso dessa obra vai provocar muitos acidentes com vítimas: 30% da safra de grãos do país passa por essas rodovias”, diz Miguel Mendes, diretor da Associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso.

Diante das péssimas condições das estradas e com o avanço da produção, os corredores das BRs 163 e 364 se tornam “armadilhas” para quem é obrigado a percorrer esse trajeto todo dia.

A duplicação do trecho deve consumir R\$ 1,5 bilhão e está no Programa de Acelera-

quanto, somente dois trechos estão em obras, mas há atrasos. O Ministério dos Transportes estuda incluir as rodovias na quarta etapa do programa de concessões, mas diz que o assunto é “complexo”.

Em nota, a pasta afirma o seguinte sobre a concessão da BR-163: “São muitos os interesses envolvidos num processo de concessão. O estudo é complexo, detalhado e muito minucioso”.

Enquanto isso, a força agrícola de Mato Grosso avança. Há três anos, o Estado produzia 18,8 milhões de toneladas de soja. Neste ano, a produção deve alcançar 22 milhões. Até 2020, serão 46 milhões de toneladas.

jornadas nas rodovias de

DO ENVIADO AO CENTRO-OESTE

O Brasil é um país rodoviário, mas, apesar disso, a profissão de caminhoneiro jamais foi regulamentada. Na semana passada, depois de anos de discussão, o Congresso aprovou uma lei que regulamenta essa atividade.

“A lei sozinha não vai resolver nada. É preciso que caminhoneiros e transportadores cumpram o que determina a legislação”, diz Epitácio dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores do Transporte do Paraná.

A nova reg uma jornada (manais para cros e autoriza tras por dia, c rando o sábado 12 horas de tr

O modelo d por comissão do, mas ele n jornadas exces que las fixada

Os transpo cam a lei. Diz modelo result to do custo d problema par terior do país.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Ministério Público da União

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

COMUNICADO

O MPDFT esclarece à sociedade os eventos que vêm sendo tornados públicos recentemente pela mídia acerca da intitulada “Operação Monte Carlo”.

O Centro de Produção, Análise e Difusão da Informação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – CI tem contribuído decisivamente na desarticulação de organizações criminosas que, por muito tempo, vêm atuando no Distrito Federal e no Brasil.

Nesse trabalho, o CI manteve e mantém contatos com diversas pessoas das mais variadas atividades e origens, sem o que, **conforme protocolo mundial de combate às organizações criminosas**, não se alcança efetividade nesse trabalho. As normas legais que regulam o trabalho processual penal legitimam contatos entre Órgãos de Investigação e Informantes.

O MPDFT possui Termos de Cooperação celebrados com o Ministério Público do Estado de Goiás, o Ministério Público Federal e diversos Ministérios Públicos Estaduais, além de colaborar com as Forças Policiais brasileiras, com destaque para a Polícia Federal, em demandas variadas, quando solicitado.

O MPDFT reafirma que o **CI/MPDFT colaborou com o Ministério Público do Estado de Goiás** com informes documentados acerca de organização criminosa de exploração de jogos de azar com atuação no entorno do Distrito Federal, que redundou na operação Monte Carlo.

Revela-se **desprovida de verdade e caluniosa** qualquer afirmação de que os Membros tenham fornecido informações sensíveis a qualquer pessoa que não estivesse legalmente autorizada a recebê-las, em especial quanto aos fatos recentemente apresentados pela mídia impressa e televisiva.

O MPDFT repele com veemência as conclusões precipitadas apoiadas em referências descontextualizadas, de que seus membros tenham divulgado indevidamente informações guardadas com cláusula de sigilo, ao tempo em que reafirma o apoio aos Promotores de Justiça injustamente referidos pela mídia.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Minas e Pará ager

Decretos estaduais têm formulação

PAULO PEIXOTO DE BELO HORIZONTE

AVISO DE ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA DE EDITAL DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), por meio da Unidade Central de Parcerias Público-Privadas (Unidade PPP) e a Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana (SEGEM), por meio da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (Agência RMBH), fazem saber que está aberta a consulta pública da minuta de edital e respectivos anexos referentes ao futuro processo de licitação, na modalidade concorrência pública, do tipo melhor técnica e menor valor por tonelada a ser pago pelo Poder Concedente, para a exploração, mediante concessão administrativa, dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convenientes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitana, em observância ao art. 10, VI, da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004. As minutas de edital e dos respectivos anexos poderão ser obtidas no link www.ppp.mg.gov.br, a partir do dia 16 de abril de 2012. Os interessados poderão enviar suas sugestões e comentários para o endereço eletrônico rsu@ppp.mg.gov.br até o dia 28 de maio do corrente ano.

GOVERNO DE MINAS
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Minas Geraí juntos para cr amente, taxas dade minerad rão render aos ta anual de R\$

Os decretos dores do PSDE tasia (MG) e Si têm formulaçê nomes das tax: embora com v: de cobrança d

Minas e Pará res Estados n país, com extr mente de min

Os textos q decretos forar los respectiv em 27 e 28 de sado. Os deci